

A. I. N° - 774800-X/03
AUTUADO - CARLOS EDMILSON DE SOUZA LACERDA
AUTUANTE - JORGE LUIZ MAGALHÃES NUNES
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTETRNET -28.04.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0129-01/03

EMENTA: ICMS. NULIDADE. VÍCIOS FORMAIS DO PROCEDIMENTO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. O lançamento de crédito tributário é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação. A Nota Fiscal objeto deste procedimento foi emitida por empresa estabelecida no Estado de São Paulo, tendo como destinatária empresa estabelecida no Estado de Pernambuco. O Auto de Infração poderia ser lavrado contra qualquer uma das pessoas envolvidas, desde que se encontrasse presente, mesmo que na pessoa de um preposto, no território da Bahia, no ato da ação fiscal. No caso em exame, quem se encontrava em trânsito no território baiano não era o autuado (destinatário) nem preposto seu. Se alguma irregularidade havia – fato que não está sendo levado em conta, pois não está sendo apreciado o mérito da autuação –, quem cometeu o ilícito foi o motorista da empresa vendedora, já que o frete é por sua conta, pois não há nos autos prova de que o destinatário teve alguma participação no episódio. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 29/1/2003, acusa o retorno de mercadoria ao Estado da Bahia por um desvio, após a “baixa” do Passe Fiscal. Trata-se da Nota Fiscal 152451 da empresa Triângulo Alimentos Ltda. ICMS exigido: R\$ 7.762,50. Multa: 100%.

O autuado explica a razão do desvio do percurso, alegando razões de segurança, haja vista os constantes assaltos e roubos de carga na região.

O fiscal autuante prestou informação, na qual admite em linhas gerais as razões da defesa, mas sugere que seja realizada diligência a fim de se apurar o roteiro efetivo da mercadoria, à vista da 1ª via da Nota Fiscal Avulsa emitida por ocasião da ação fiscal.

O processo foi submetido a pauta suplementar, tendo esta Junta considerado que o mesmo está em condições de ser julgado.

VOTO

O lançamento de crédito tributário é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação.

A Nota Fiscal objeto deste procedimento foi emitida pela empresa Triângulo Alimentos Ltda., do Estado de São Paulo, tendo como destinatária a empresa que figura no presente Auto de Infração como autuada, a qual é estabelecida no Estado de Pernambuco. Sendo assim, o Auto de Infração poderia ser lavrado contra qualquer uma das pessoas envolvidas, desde que se encontrasse presente, mesmo que na pessoa de um preposto, no território da Bahia, no ato da ação fiscal. No caso em exame, quem se encontrava em trânsito no território baiano não era Carlos Edmilson de Souza Lacerda, mas sim um veículo pertencente à empresa Triângulo Alimentos Ltda. Era, portanto, em nome desta que deveriam ser adotadas as providências previstas no aludido dispositivo regulamentar. Se, porventura, houve realmente o retorno das mercadorias ao território baiano, após ser dada baixa no Passe Fiscal – fato que não levarei em conta, pois não entrarei no mérito da autuação –, quem cometeu o ilícito foi o motorista da empresa vendedora, já que se trata de “frete próprio” (o motorista é da cidade de Itápolis, SP, cidade onde é estabelecido o emitente da Nota Fiscal). Não vejo nos autos como poderia o destinatário ter alguma participação no episódio.

A repartição examinará se existem elementos que justifiquem a renovação do procedimento.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **774800-X/03**, lavrado contra **CARLOS EDMILSON DE SOUZA LACERDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA